



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
Centro TCE-TO - CEP 77000-000 - Palmas - TO - www.tceto.tc.br

## JUSTIFICATIVA

PROCESSO/SEI 24.005384-2

1. Trata-se do Processo/SEI 24.005384-2, autuado com o propósito de viabilizar a participação dos servidores **Dênis Luciano Pereira Araújo** - Auditor de Controle Externo/Diretor-Geral de Controle Externo (matrícula: 24.383-2), **Osli Adriel de Melo Setúbal** - Diretor de Informática (matrícula: 24.356-5), **Elizabeth Maria Martinho da Silva Rodrigues** - Coordenadora/Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (CODES) (matrícula: 27.031-1) e **David Siffert Torres** - Chefe de Gabinete da Presidência (matrícula: 27.029-0), no **IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas**. O evento está previsto para ocorrer de 11 a 14 de novembro de 2024, em Foz do Iguaçu - PR.

2. O processo encontra-se instruído com a Solicitação de Participação em Atividade Externa 311 (0773792), o Anexo Inscrição Denis (0768288), Solicitação de Participação em Atividade Externa 312 (0774253), Anexo Inscrição Osli Adriel (0772854), Solicitação de Participação em Atividade Externa 313 (0774272), Anexo Inscrição Elizabeth (0772903), Solicitação de Participação em Atividade Externa 315 (0774393), Anexo Inscrição David (0768472), Comprovante de valores praticados (0774235) e a Planilha (0774239).

3. Por força dos Despacho/DIGIC 37888 (0774315) e Despacho/DIGIC 38260 (0775419), os autos aportaram na Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional para emissão da Justificativa do Preço. Assim, em observância aos regramentos internos, esta unidade passa a justificar.

4. A justificativa de preço encontra-se prevista no art. 72, inc. VII, da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe sobre o processo de contratação direta por inexigibilidade:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

VII - justificativa de preço; [...]

5. Sobre o assunto, o tema é assim disposto na Resolução Administrativa/TCE-TO nº 7, de 29 de março de 2023:

Art. 38. A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, para cada item a ser contratado:

I – por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa de preços, conforme procedimentos descritos nos arts. 48 a 52<sup>[1]</sup> desta Resolução Administrativa, para contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, desde que verificada a similaridade de cada item pesquisado;

II – quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida no inciso I deste artigo, por meio da comprovação da regularidade de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos em nome do próprio proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado à Administração é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades públicas ou privadas; e

III – caso a futura contratada não tenha anteriormente comercializado o mesmo objeto e fique evidenciada a impossibilidade de observância dos incisos I e II deste artigo, a regularidade dos preços poderá ser realizada por meio da apresentação de documentos que comprovem a execução ou o fornecimento por parte do

próprio proponente de objetos semelhantes de mesma natureza, devendo apresentar especificações técnicas que demonstrem similaridade com o objeto pretendido.

6. A presente justificativa fundamenta-se em critérios objetivos, subsidiados pelas informações prestadas pela Coordenadoria de Administração (COADM), especialmente o **Comprovante de valores praticados (0774235)** e a **Planilha (0774239)**.

7. Ao analisar os documentos probatórios acostados pela COADM, verifica-se que o valor individual de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), consignado no Comprovante de valores praticados (0774235) para evento similar, **demonstra equivalência com o preço de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) oferecido a esta Corte de Contas** neste ano corrente. Dessa forma, comprova-se a razoabilidade do preço oferecido para contratações semelhantes com objetos de mesma natureza, alinhando-se às disposições do art. 38 da Resolução Administrativa nº 07/2023.

8. Sendo o que se tinha a justificar, encaminhem-se os autos à **Diretoria do Instituto de Contas** para as finalidades que entender apropriadas.

---

[1] Art. 48. Para viabilizar a apuração do valor estimado das contratações realizadas no âmbito do TCE/TO, deverá ser realizado procedimento de pesquisa de preços em conformidade com o estabelecido nesta Resolução Administrativa.

§ 1º A partir do TR/PB e dos subsídios fornecidos pela unidade técnica em observância ao disposto nesta Resolução Administrativa, compete à COADM realizar a consolidação da estimativa prévia da despesa, mediante procedimento de pesquisa de preços.

§ 2º A unidade técnica deverá prestar todo o apoio necessário à COADM, em especial no tocante à análise crítica das amostras de preços obtidas e à avaliação da compatibilidade das especificações de outras contratações com aquelas do objeto que se pretende contratar.

§ 3º As pesquisas de preço poderão ser realizadas por entidades especializadas, preferencialmente integrantes da Administração Pública, desde que atendam às exigências desta Resolução Administrativa e sejam ratificadas pela COADM.

§ 4º Poderá ser utilizada pesquisa de preço efetuada por outros órgãos públicos, desde que tenha sido realizada no prazo de até 1 (um) ano, e atenda, ao menos, às diretrizes desta Resolução Administrativa ou ao disposto na Resolução Administrativa nº 65, de 7 de julho de 2021, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, ou outra que a substitua, cabendo manifestação da COADM.

§ 5º O disposto nesta Resolução Administrativa não se aplica a itens de contratações de obras, insumos e serviços de engenharia para os quais seja apresentada Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelas planilhas orçamentárias, devendo, nesse caso, ser observado os §§ 2º, 3º, 5º e 6º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 49. A composição da cesta aceitável de preços depende da obtenção de, no mínimo, 3 (três) amostras de preços por item.  
[...]

Art. 50. Todas as amostras de preços obtidas deverão:  
I – estar expressas em moeda corrente do Brasil, exceto nos casos de contratação internacional;  
[...]

Art. 51. O valor estimado da contratação será, preferencialmente, aquele calculado pela mediana ou pela média das amostras de preço obtidas, ou, ainda, igual à amostra de preço de menor valor obtida na pesquisa de preços.

Art. 52. A utilização de menos de 3 (três) amostras de preços, ou a falta de uma fonte pública, poderá ser admitida mediante justificativa a ser elaborada pela COADM, considerando as circunstâncias mercadológicas e apontando fundamentos adequados tendentes a fundamentar os fatores determinantes para a não obtenção do número mínimo requerido.

Parágrafo único. A justificativa a que se refere o caput deverá ser aprovada pela DIGAF, a qual deliberará acerca de sua aceitabilidade ou da necessidade de complementação da justificativa ou, ainda, quanto à pertinência de realizar nova pesquisa de preços.



Documento assinado eletronicamente por **CEJANE MARCIA AIRES ALVES DE ANDRADE**, **COORDENADOR**, em 25/10/2024, às 14:31, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tceto.tc.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0776536** e o código CRC **3A35DAC4**.